

boletim da célula da Altice/Intelcia



PCP.PT

FEVEREIRO/2025

CÉLULA DO PCP NA MEO/ALTICE

Agrava-se a situação dos trabalhadores na MEO/Altice

Depois dos últimos escândalos na PT Portugal que vieram por a nu a gestão da Altice, através do sangramento de todo o tipo de activos da MEO, desde a venda de património, ao pagamento de comissões de intermediação (lembrem-se dos negócios com o Porto e outros clubes de futebol), ao desinvestimento na rede e nas licenças de 5G, agora pretendem mais uma vez congelar os salários dos trabalhadores.

Com a chegada da Altice à empresa, a generalidade dos trabalhadores viu a sua vida a andar para trás e viu-se a ficar cada vez mais pobre.

A Altice apresentou uma subida nas suas receitas nos primeiros 9 meses de 2024, superando os 2 mil milhões de euros.

Por outro lado, com o aumento generalizado dos preços, nomeadamente nos produtos e bens essenciais, os trabalhadores veem os seus salários cada vez mais desvalorizados.

Não é aceitável que a Altice proponha aos seus trabalhadores 0,2% de aumentos salariais. É uma afronta sugerir aumentos em torno dos 2euros mensais (para salários de 1000€). São 9 cêntimos por dia!!



António Filipe, deputado do PCP, com trabalhadores da Altice em luta

Perante a degradação das condições de vida e de trabalho nas empresas da Altice em Portugal, é fundamental que os trabalhadores se unam e com os seus sindicatos de classe, façam ouvir as justas reivindicações de aumentos salariais para todos os trabalhadores. Aumentos salariais que invertam o ciclo de empobrecimento que se tem vindo a acentuar desde a entrada da Altice na PT Portugal.

Trabalhador da MEO, conta com o PCP para estar ao teu lado a combater as injustiças na empresa e a lutar por aumentos salariais justos e por uma valorização das carreiras e das profissões.

Juntos é possível vencer!

PÚBLICO É DE TODOS, PRIVADO É SÓ DE ALGUNS - É PRECISO GARANTIR O CONTROLO PÚBLICO DAS TELECOMUNICAÇÕES

A memória de alguns governantes pode ser curta, mas é necessário lembrar quem são os responsáveis pela privatização e pelo estado em que se encontra a PT e o sector das telecomunicações no país.

Se os Governos do PSD/CDS e do PS não tivessem privatizado a 99,99% a Portugal Telecom (entre 1 de Junho de 1995 e 12 de Setembro de 2000), se o Governo do Passos Coelho não tivesse acabado com as 500 acções tipo A, Golden Share, (Julho de 2011) para satisfazer a gula e os interesses dos grandes accionistas, outra história estava a ser escrita, porque, entre outras malfeitorias:

- Não haveria os negócios e os investimentos ruinosos no Grupo GES, nomeadamente os 890 milhões de euros na RIO FORTE;
- Não haveria a venda da PT Portugal à Altice em Junho de 2015 e não haveria a chamada "Operação Picoas" em 2023.
- A PT Portugal não estava a pagar à Altice, desde 2017, uma comissão de "franchising" anual, 2% sobre a receita, para usar o seu nome (50 a 60 milhões de euros todos os anos que não pagam 1 cêntimo de impostos em Portugal);
- A PT Portugal não estava a pagar juros elevadíssimos à Altice, desde 2016, ano após ano, para pagar o empréstimo que a Altice contraiu para comprar a empresa à Oi. Juros com uma taxa muito superior à taxa que a Altice paga aos credores pelo empréstimo que contratualizou para pagar a aquisição da PT Portugal.

A privatização da PT e a liberalização colocaram o sector nas mãos das multinacionais, com o povo português a pagar preços exorbitantes pelo acesso a um serviço fundamental que devia ser público, e que podia e devia ser prestado numa base universal e a caminho da gratuidade.

Pelo exposto, o PCP reafirma que as privatizações dos sectores estratégicos são um crime político e económico contra a soberania nacional, contra o país.

É necessário nacionalizar a PT.

- por serviços de qualidade, tecnologicamente avançados e a preços justos.
- que garanta a manutenção dos postos de trabalho, o respeito pelos direitos dos trabalhadores, o aumento real dos salários, a valorização das carreiras, o respeito pelo direito ao complemento de reforma, Planos de Saúde que respondam às necessidades dos beneficiários, respeitando o princípio de que quem mais precisa (os mais doentes) mais recebem (melhores cuidados médicos tem).

Por isso é preciso uma grande mobilização em defesa dos sectores estratégicos para que estes sejam públicos e estejam ao serviço de Portugal, da soberania, da economia nacional e dos trabalhadores e das populações.

VITÓRIA DOS TRABALHADORES E DOS SEUS REPRESENTANTES!

O tribunal deu razão aos trabalhadores e sindicatos no processo relativo ao brutal ataque ao plano de saúde dos trabalhadores da PT - Plano Clássico ACS. Desde 2022, momento em que a empresa decidiu alterar as regras, as comparticipações e aumentar os custos para os beneficiários, que os trabalhadores não se renderam.

Esta decisão do tribunal mostra que tinham razão e que foi e é justa a sua luta!



Intelcia - subcontratação e precariedade roubam direitos e criam desigualdades

A situação dos trabalhadores subcontratados da Intelcia Portugal, ao serviço da Altice, expõe de forma gritante a exploração que sustenta os lucros milionários:

- Salários que correspondem ao salário mínimo português e não satisfeitos já procuram trabalhadores e criam postos de trabalho em países com mão-de-obra mais barata;
- Precariedade gritante, muitos são trabalhadores que exercessem a sua atividade há décadas passando por múltiplos prestadores de serviços sem nunca passarem para a altice/meo;
- O assédio e repressão laboral, com metas abusivas e condições de trabalho inadequadas;
- A perseguição a trabalhadores que ousam organizar-se ou reivindicar direitos, como as faltas aos trabalhadores que participam nos plenários do seu sindicato.

Esta situação é inaceitável e insustentável apenas permitida pela cumplicidade dos sucessivos governos PSD/CDS ou PS, com o apoio da IL e Chega que, ao serviço do grande capital, tolera estas violações e mantém uma legislação laboral que permite a precariedade e a desregulação de direitos.

Com a luta dos trabalhadores da Intelcia e de outras empresas prestadoras de serviços, organizados nos seus sindicatos de classe, foi conquistada uma vitória que minimizaria a precariedade e estas situações de discriminação. A aprovação do artigo 498.º que refere: “o instrumento de regulamentação coletiva de trabalho que vincula o beneficiário da atividade é aplicável ao prestador do serviço, quando lhe seja mais favorável”. A sua aplicação garantiria a igualdade salarial e de condições entre todos os trabalhadores da Altice, sejam subcontratados ou diretamente contratados. No entanto, a Intelcia e a Altice recusam sua aplicação e a ACT até ao momento nada faz.

O direito à contratação colectiva está na constituição, é necessário acabar com a subcontratação e que a cada posto de trabalho na meo/altice corresponda um trabalhador meo/altice.

Só com a luta organizada nos sindicatos do movimento sindical unitário será possível obrigar a Altice/Intelcia a cumprir a lei.

Podem sempre contar com o PCP para expor a sua situação e lutar ao seu lado nas suas justas reivindicações.

Lembram-se quando o PCP apresentou um projecto de lei na Assembleia da República para reforçar as medidas de protecção e os direitos dos trabalhadores que trabalham com visores?

Pois bem, esta semana o tribunal do trabalho do Porto deu razão aos trabalhadores da CGD, sendo a CGD obrigada a pagar óculos graduados aos seus funcionários.

Já em 2023, o PCP apresentou um projecto de lei que visava reforçar a protecção da saúde e direitos dos trabalhadores que trabalham com visores. Esta decisão mostra, como o PCP afirmava:

“Hoje é amplamente consensual que o trabalho com equipamentos dotados de visor implica fatores de risco específicos sobre os quais é necessário atuar através da adoção de medidas preventivas de organização do espaço e dos ritmos de trabalho.”

- as **pausas regulares e a mudança de atividade** por breves momentos, ajuda a prevenir problemas. **Propusemos que o trabalho diário com visor deve ser interrompido a cada hora por uma pausa não inferior a 5 minutos**, não deduzidos da jornada normal de trabalho, ou por uma mudança de atividade que reduza a pressão do trabalho com equipamento dotado de visor.

- propusemos, ainda, medidas para responder àqueles trabalhadores que associam o trabalho com visores à intensa atividade de digitalização, nomeadamente, **a antecipação da pausa, sempre que ultrapassados os 3000 toques no teclado ou ecrã.**
- os trabalhadores devem ser sujeitos a **exames médicos regulares**, sem encargos financeiros para os próprios.
- Sempre que o resultado dos exames médicos exigirem o uso pelo trabalhador de dispositivos de correção, a **entidade empregadora deve custear todas as despesas necessárias à aquisição e manutenção** dos referidos dispositivos.

O PCP continuará a exigir o cumprimento e o reforço destas medidas para todos os trabalhadores que trabalham com visores!



SABE + PARTILHA.
pcp.pt/queroassinar

Pelo aumento dos salários e pensões, pelo direito à habitação, em defesa dos serviços públicos, nomeadamente o SNS, e pelo direito a creche e pré-escolar gratuitos para todas as crianças, numa rede pública, **subscreve o abaixo-assinado que o PCP promove.**
Assina já! pcp.pt/queroassinar

WWW.LISBOA.PCP.PT
LISBOA@PCP.PT



Junta a tua à nossa voz! **Adere ao** 

NOME _____

TELEMÓVEL _____ E-MAIL _____

LOCAL DE TRABALHO _____ LOCALIDADE _____

Preenche e envia para Rua Soeiro Pereira Gomes, 3, 1600-196 Lisboa ou pcp@pcp.pt